

*O Jornal francês Politique Hebdo e a Amazônia: um posicionamento crítico sobre a Guerrilha do Araguaia*¹

Lorena Meira Rodriguez²

Célia Regina Trindade Chagas Amorim³
Universidade Federal do Pará, Belém, PA

Resumo

O jornal francês *Politique Hebdo* (1970-1978/1982) abre espaço em suas páginas para falar de uma Amazônia, à época da Ditadura Militar no Brasil, que poucos conheciam. Uma Amazônia de guerrilha. Nesse período, explodiu no interior da floresta um movimento revolucionário que lutava contra a nova ordem imposta ao país. Este artigo apresenta a hipótese de que o jornal, ao tratar do tema, adota uma postura anti-imperialista/capitalista, ao se posicionar criticamente sobre a real situação da Amazônia, palco de conflitos e desmandos. Em âmbito internacional, o alternativo ampliou os canais de comunicação da sociedade para um assunto proibido pela censura brasileira. Do *Politique Hebdo* analisa-se a reportagem intitulada “*Le programme des pauvres*”, publicada em 1973. O referencial teórico contará com os estudos de Antônio Gramsci (1986), Violeta Loureiro (2014), Boris Fausto (1999) e Eric Hobsbaw (1995).

Palavras-chave: Contra-hegemonia; *Politique Hebdo*; Guerrilha do Araguaia; Amazônia.

Introdução

As notícias sobre as guerras da Coreia (1950-1953) e do Vietnã (1965-1975), cujo foco dos conflitos era a expansão do comunismo a áreas de países controladas por governos capitalistas, chegavam ao Brasil pelos meios de comunicação da época como jornais impressos, rádios e emissoras de televisão (BIAGGI, 2006). Em contrapartida, confrontos entre exército nacional e movimentos de resistência no interior da Amazônia brasileira foram mantidos distantes da grande mídia.

O Brasil estava sob a ditadura civil-militar (1964-1985). A ordem era sufocar o avanço do “perigo comunista”. Uma das estratégias era não divulgar notícias sobre a Guerrilha do Araguaia, movimento revolucionário de combate à ditadura que se constituía de “um levante armado de inspiração marxista que pretendia desencadear a guerra popular revolucionária no país” (Stuart, 2000, p.16).

¹Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

²Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Integrante do Grupo de Pesquisa Mídia Alternativa na Amazônia

³Professora Doutora da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do Projeto e do Grupo de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia – CNPq-UFPA. Vice-diretora da Faculdade de Comunicação da UFPA. E-mail: celia.trindade.amorim@gmail.com.

Devido à censura prévia instaurada no país, poucos jornais publicaram matérias sobre a Guerrilha do Araguaia entre os anos de 1970-1985. Durante o primeiro ano do conflito, 1972, apenas o jornal *Estado de São Paulo* noticiou de forma constante o movimento. O restante da imprensa nacional calou-se, ou foi calada sobre o ocorrido⁴.

Em julho de 1978, a guerrilha volta às páginas dos jornais, em matéria publicada no alternativo *Coojournal* (1976-83), intitulada “Operação Araguaia”, que também foi reproduzida por outros veículos contra hegemônicos, entre eles o *Jornal Movimento* (1975-1981). A matéria continha entrevistas com participantes da guerrilha, entre eles índios e camponeses. Na abertura faz alusão ao mistério que cercava o assunto, e informa que esta seria a primeira matéria depois de seis anos de silêncio. No Pará, o movimento revolucionário do Araguaia é destaque em 1980, nas páginas do jornal *Resistência*⁵ sob o título “Na trilha do povo da mata”, como discorre Amorim et al:

O jornal *Resistência* (1978), com sua posição contra hegemônica bem definida, procurava denunciar e combater os extremismos cometidos pelo regime na Amazônia. Na edição do jornal de nº 19 de 1980 [...] o alternativo apresentava uma matéria de quatro páginas intitulada “Na trilha do povo da mata” em que denunciava e descrevia o percurso da viagem que os familiares dos participantes da guerrilha realizaram - passando por várias cidades do estado do Pará até chegar a Brasília - com a finalidade de obterem informações sobre os desaparecidos e mortos durante a revolução (AMORIM et al, 2014).

Já o primeiro⁶ registro do conflito é atribuído à reportagem “Em Xambioá a luta é contra guerrilheiros e atrasos”, publicado no *Estado de São Paulo*, em 24 de setembro de 1972, disponível no acervo digital do jornal e citada na obra intitulada “Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha”, de 2005, de autoria de Taís Morais e Eumano Silva. A matéria foi publicada sem assinatura. O texto era do repórter Henrique Gonzaga Júnior, enviado especial do Estadão. “A Direção do jornal assinou apenas do enviado especial para proteger Gonzaga. As razões do cochilo da censura ninguém sabia”. (Morais e Silva, 2005, p.285). Vale observar que a tão temida censura, “falha” outras vezes neste mesmo ano. O *Estado de São*

⁴ O jornal do Partido Comunista do Brasil, Classe Operária, foi obrigado a fechar as portas pelo regime militar, mas seguiu sendo publicado mesmo na clandestinidade. Noticiava de forma gloriosa e constante as façanhas dos guerrilheiros do Araguaia desde o início das operações militares até depois de seu término, o que é possível constatar através da edição de nº 96, de 1975, disponível no acervo online da Fundação Maurício Grabois. Sobre o periódico, destaca Mourão, “O jornal publicou propaganda revolucionária, conclamou pela derrubada da ditadura e deu destaque à Guerrilha do Araguaia, no início dos anos 70. Em 1976, passou a ser editado no exterior, depois da Chacina da Lapa” (MOURÃO, 2007, p.3). “É praxe dos governos autoritários e ditatoriais investirem de imediato contra a liberdade de imprensa. Nessa saga, o estado militar pós 1964 tratou mais que depressa de ocupar e fechar todos os jornais e revistas nacionalistas e de esquerda que ainda tiveram suas redações destruídas e oficinas empasteladas” (SOBRINHO, 2000, p.9).

⁵ Publicação ligada a Sociedade Paraense dos Direitos Humanos.

⁶ A EBC, Empresa Brasileira de Comunicação registra a matéria aqui citada como a primeira aparição da Guerrilha na mídia.

Paulo acompanhava o combate à guerrilha e anunciara, cerca de um mês antes, em 30 de agosto de 1972, o início da manobra Papagaio, parte da Operação Araguaia, que teria início no dia ... , com duas frentes, uma militar e outra cívico-social. Ambas tinham como objetivo em comum a “doutrinação de moradores da região contra a hipotética ação de elementos subversivos” (*Estado de São Paulo* 30/08/1972, p.8). A segunda emissão, já citada anteriormente e datada de 24 de setembro de 1972, traz um panorama da guerrilha até aquele momento, cita as operações do Exército e Aciso⁷ na região, enaltece o desenvolvimento que supostamente havia chegado ali com a ocupação das forças armadas e cita a penúria na qual viviam os guerrilheiros. Em 03 de outubro de 1972 sai outro breve informe sobre a existência da guerrilha, a matéria - “Melo encerra visita” – que trata sobre a visita do general Souza Mello, comandante do II Exército ao extremo noroeste do Mato Grosso, região próxima ao Rio Araguaia, onde a “2ª Brigada Mista realiza manobra contra guerrilha e operação Aciso” (*Estado de São Paulo*, 1972). No último mês do ano, em 07 de dezembro de 1972, mais uma matéria cita a guerrilha do Araguaia. A reportagem “Cai ação terrorista na América Latina” traça um suposto panorama dos movimentos guerrilheiros na América Latina e considera, neste momento, o movimento do Araguaia já como derrotado pelas forças armadas.

Frente ao exposto, este artigo toma como objeto de investigação o periódico semanal francês, *Politique Hébdo*, fundado pelo escritor Paul Noiro, em 1970, depois de sua saída do partido comunista. Do periódico extrai-se uma reportagem, intitulada “Le programme des pauvres” veiculada na edição de nº 65, de 25 de janeiro de 1973. Trata-se de uma emissão pouca conhecida. Nesta matéria de três páginas, ilustrada com fotos sem legendas, o jornal alternativo destaca a existência de um movimento de guerrilha na Amazônia, ao sul do estado do Pará. Ao localizar o *Politique Hébdo* como uma mídia contra hegemônica este artigo aposta na hipótese de que o jornal francês, ao tratar do tema, adota uma postura anti-imperialista/capitalista, ao se posicionar criticamente sobre a real situação da Amazônia, palco de conflitos e desmandos.

Século XX: entre conflitos declarados e velados – O capitalismo e comunismo

Não se pode falar de guerrilha do Araguaia sem que se mencione os grandes conflitos mundiais que marcaram o século XX. Nos seus primeiros cinquenta anos aconteceram duas

⁷ Assistência Cívico-Social - ação desenvolvida pelo exército na região onde estava sendo combatida a guerrilha, segundo a outros propósitos não propriamente assistencialistas, como justificar a presença do exército na área, como esclarecem Malves e Melch “Como se vê o atendimento social era um subproduto da operação, seu objetivo central era o de reduzir o impacto das ações dos militantes do PC do B junto aos moradores da região, assim como cooptar moradores para mapear as relações e a extensão do movimento guerrilheiro” (Malves e Melch, p.38).

grandes guerras na história mundial, a primeira de 1914-1919 e a segunda de 1939-1945. Já a segunda metade do século, foi marcado por suas consequências. Instaurou-se um período de terror velado conhecido como Guerra Fria⁸ (1945-1989). Como afirmou Hobsbawm, “...assim que não mais houve um fascismo para uni-los contra si, capitalismo e comunismo mais uma vez se prepararam para enfrentar um ao outro como inimigos mortais”.

A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos não existia perigo iminente de guerra mundial. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas ao final da guerra e não tentava ampliá-las com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética. (HOBSBAWN, 1995 p.224.).

Para conter o avanço comunista no Brasil as Forças Militares elaboraram a Doutrina de Segurança Nacional, concebida na Escola Superior de Guerra⁹. Certamente que os objetivos não se limitavam apenas a qualificação do corpo militar. Segundo Fausto (1999), dos círculos formados por participantes desta Escola e de dois outros órgãos, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais¹⁰ e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)¹¹ saiu a convicção de que “só um movimento armado poria fim à anarquia política, contendo o avanço do comunismo” (Fausto p. 453,1999).

O presidente Jânio Quadros, eleito em 1960, renuncia ao cargo em agosto do mesmo ano, seu vice, João Goulart (1961-1964), assume o país em um momento de crise e decide fazer reformas de base, acreditando que assim contaria com o apoio popular. Para anuncia-las marcou, dentre outros eventos, um comício no Rio de Janeiro que, em 13 de março de 1964, reuniu cerca de cento e cinquenta mil pessoas e ficou conhecido como Comício da Central (FAUSTO1999).

Essas medidas apavoraram as elites e a classe média brasileira. Alas conservadoras da igreja católica organizaram, segundo Fausto, em 19 de março de 1964, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que aconteceu em São Paulo e atraiu aproximadamente quinhentas mil

⁸ A Guerra Fria trouxe consequências no mundo todo. As guerras da Coreia e Vietnã foram seus produtos, as ditaduras militares na América Latina e a explosão da Guerrilha do Araguaia também derivam desse conflito não declarado entre URSS e EUA.

⁹ Essa instituição, que contou com o apoio de conselheiros americanos e franceses, foi criada segundo a Lei Nº 785, de 20 de agosto de 1949, com o objetivo de treinar pessoal qualificado para a gestão das Forças Armadas no país, C.f. FERNANDES, 2009.

¹⁰ Fundado em 1961, por empresários do sudeste, tinha como objetivo o combate ao comunismo. Gozava de forte influência no governo, garantida através de articulações e patrocínios, de suas ações faziam parte também a propaganda.

¹¹ O IBAD foi criado em 1957 como uma associação cívica, que tinha como objetivo o combate ao comunismo. A instituição recebia dinheiro de empresários brasileiros e também de estrangeiros que estavam interessados em garantir negócios em esfera internacional.

pessoas. Os militares aproveitando-se da instabilidade pela qual passava o país deflagraram o golpe em 31 de março de 1964, instaurando uma ditadura civil-militar que atravessaria as décadas seguintes.

O golpe de 31 de março de 1964 instaurara no país um regime ditatorial, caracterizado pela centralização do poder e operacionalizado por meio de leis de exceção. O regime militar, em princípio, viria apenas dissipar o "perigo vermelho" anunciado pela revolução cubana e, no Brasil, pelas Ligas Camponesas... Patrocinados pelos Estados Unidos e amparados pelos setores mais conservadores da sociedade, os militares tomaram então o poder para "por ordem na casa". (SINGER, 2001)

Em 1968, a morte do estudante paraense Edson Luiz, em 28 de março, no restaurante Calabouço, Rio de Janeiro, causou grande comoção e deu origem a manifestação conhecida como Passeata dos Cem Mil (Singer, 2001). No mesmo ano, grupos armados começavam a atuar no país, entre eles estavam a Aliança Nacional Libertadora, o Movimento Revolucionário Número 8 (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária. Em resposta a oposição, o exército decretou o Ato Institucional Nº 5, sem prazo de vigência. Sobre os desmandos do ato, discorre Rollemberg:

Um símbolo do regime, síntese da arbitrariedade e da violação dos direitos civis que caracterizaram a ditadura. O AI-5 também é lembrado como divisor de águas: a partir de então os militares definiam-se, optavam pela permanência no poder por tempo indefinido (ROLLEMBERG, 2006 p.141).

Já na década de 1970, os grupos armados haviam praticamente se extinguido no país. Seus principais líderes foram mortos cruelmente pelo exército como Carlos Mariguella¹² e Carlos Lamarca¹³. Swartz cita a morte de Mariguella como o começo do combate à esquerda armada e a morte de Lamarca como o declínio do movimento urbano, que seria aniquilado até o ano de 1976 (SWARTZ, 2014). Em contrapartida, até o ano de 1972, um grupo de guerrilha rural permanecia instalado na região do rio Araguaia, na Amazônia, desde meados da década de 1960.

Em princípio de 1972, com os grupos de guerrilha urbana dizimados pela feroz repressão do regime militar, o PCdoB se preparava para o mais longo enfrentamento armado aos militares, na ânsia de impedir o avanço do projeto político estratégico que tinham para a Amazônia, e que atendia aos grandes interesses do capital nacional e internacional (NASCIMENTO. 2001 p.113).

¹² Político e guerrilheiro de origem humilde, Mariguella nasceu no estado da Bahia. Ainda jovem ingressou no partido comunista Brasileiro, do qual se tornou um dos principais líderes. Foi preso diversas vezes durante a década de 1930, fugiu e foi recapturado em 1939, sendo anistiado em 1945. Visitou a China e Cuba após a instauração dos regimes de esquerda. Acabou expulso do PCB e fundou, em 1968, a Aliança Libertadora Nacional, adepta da luta armada. Foi morto pelo exército em São Paulo, em 4 de novembro de 1969. Cf. ROLLEMBERG, Denise, 2007.

¹³ Lamarca entrou ainda jovem para o Exército, mas ainda em 1969 organizou a deserção de um grupo do Exército levando consigo homens e armas para lutar contra o regime. Participou do grupo que deu origem a Vanguarda Popular Revolucionária e mais tarde desligou-se da mesma passando a integrar o MR8. Participou também de ações urbanas como sequestros, foi perseguido durante anos pelas forças armadas, até acabar morto pelas mãos do exército no interior da Bahia. Cf. ROLLEMBERG, Denise, 2007.

A Amazônia nesse período

Até a década de 1960 a Amazônia estava ligada ao restante do país apenas por rotas aéreas e navais. O amazônida vivia, em sua maior parte, nas áreas rurais (62% da população)¹⁴, e a taxa de crescimento anual demográfico da região era baixa. As cidades, as vilas, os povoados e sítios estavam localizados nas margens de cursos d'água, que tinham papel fundamental na vida destas populações, como meio de transporte e fonte de alimento. (LOUREIRO, 2015).

Loureiro ressalta que a população do interior praticava pesca, extrativismo e agricultura. Nas cidades estavam os trabalhadores de comércios e fábricas, servidores públicos e privados que prestavam serviços como médicos, professores, etc. Nesta mesma década, teve início o processo de integração da região ao resto do país através da construção da BR-153, conhecida como Belém-Brasília e inaugurada em 1961. A rodovia, além de permitir o trânsito de produtos entre extremos do país, trouxe consigo milhares de imigrantes.

Uma vez no poder, os militares puseram em prática o que foi chamado de Plano de Desenvolvimento para a Amazônia. Tendo como máximas, “terra sem homens para homens sem terra” e “integrar para não entregar”, buscavam usar a região como um catalisador, capaz de solucionar problemas oriundos de outras partes do país. A vinda de imigrantes era estimulada já que, segundo os militares, a região deveria ser povoada. Homens e mulheres chegavam vindo de outras regiões do país em busca de terras e de uma vida melhor, muitos fugidos da seca do Nordeste. Mas a política do regime militar deixava a desejar no quesito bem estar social e as ações de povoamento estavam ligadas ao capital. O imigrante que dispusesse de maior quantia teria mais terra e benefícios (LOUREIRO, 2015). Para promover o “desenvolvimento”, o governo federal ofereceu incentivos financeiros e infraestrutura para empresas privadas, muitas delas de capital estrangeiro, se instalarem na região.

As facilidades legais concebidas para atrair empresários estimulavam o acesso a grandes extensões de terra e à natureza em geral... Além disso, o Governo Federal oferecia garantia de infra-estruturas para os novos projetos (estradas, portos, aeroportos e outros). Às margens das estradas, a devastação florestal foi rápida e a disputa de terras privilegiadas às margens delas gerou, desde o fim dos anos de 1960, conflitos de toda ordem, que só foram aumentando nas décadas seguintes, à medida que o modelo de desenvolvimento se estruturava. (Loureiro, 2005, p.78-9).

Apesar dos rastros de sangue deixados pelo regime militar a geógrafa Berta Beker aponta, como legado positivo da ocupação militar da Amazônia, as redes de comunicação que

¹⁴ Censo IBGE 1960.

passaram a integrar pela primeira vez a isolada selva amazônica ao resto do mundo. (BEKER, 2005).

A luta armada na selva amazônica

A Guerrilha do Araguaia aconteceu na região da Amazônia Brasileira em uma área de floresta fechada, conhecida por Bico do Papagaio, localizada na fronteira entre o então estado de Goiás (hoje Tocantins), Maranhão e Pará. Os primeiros guerrilheiros ali, ainda no ano de 1966. Lá se estabeleceram criando uma rede de abastecimento, cultivo e geração de renda que tornasse possível a manutenção do movimento em área praticamente isolada do resto do país. Os combatentes, que eram ligados ao Partido Comunista do Brasil, - PCdoB - tinham como objetivo instaurar a revolução socialista, do campo para as cidades, através de movimento armado, tendo como inspiração as revoluções cubana e chinesa. Estas nações receberam guerrilheiros brasileiros para treinamento antes de implantado o movimento. Os combatentes passaram mais de cinco anos sem serem notados pelos militares. As forças armadas só chegaram até eles depois que companheiros, que haviam desertado do movimento, foram presos e os entregaram¹⁵.

Na selva, “os paulistas”, como eram chamados pelos moradores locais os guerrilheiros vindos de outras partes do país (NASCIMENTO, 2013), montaram uma rede de colaboradores que lhes garantiam os suprimentos necessários à sobrevivência e à luta armada, e que não poderiam produzir. Em depoimento a Denise Paraná, o ex-guerrilheiro José Genuíno afirma que a escolha da área deveu-se a diversidade geográfica da região, a cobertura de floresta fechada, que dificultava tanto a circulação quanto o avistamento dos guerrilheiros por parte do militares em seus helicópteros, a bacia hidrográfica que permitia o deslocamento eficiente do grupo, além disso a área contava com abundância de recursos naturais e cidades de médio porte (PARANÁ, 2006, p.84). Ainda assim, devido ao amplo conhecimento que tinham da região, onde a floresta predominava e o acesso era restrito a quem bem conhecia a área, lograram resistir as primeiras operações das forças armadas. Apesar dos esforços coletivos empreendidos por seus membros a guerrilha contava com pequeno número de armamentos e munições, sendo estes defasados quando comparado aos utilizado pelo exército. O efetivo dos guerrilheiros era

¹⁵ Segundo Studart (2006), apesar da guerrilheira Lúcia Regina ter voltado a São Paulo, no fim do ano de 1971, e contado sobre a guerrilha a seu pai, que levou a história ao Exército, por uma série de circunstâncias o fato não chegou aos setores de inteligência das forças armadas em Brasília, que só soube da ação subversiva no fim de Março do ano seguinte, quando Pedro Albuquerque e a esposa, também arrependidos de ter-se unido a guerrilha, fugiram da região e deram com a “língua nos dentes”.

de aproximadamente uma centena de homens, entre locais e “paulistas” enquanto os de militares eram contados aos milhares (Studart, 2006).

As ações do exército aconteceram, segundo Studart, entre os anos de 1972-1975 (coincidindo com os últimos anos do conflito no Vietnã). Os guerrilheiros foram perseguidos pelas forças armadas e combatidos ferozmente até o ano de 1975, quando os últimos integrantes do movimento foram mortos nas matas da região. “A execução de Walquíria, a última guerrilheira, no campo de concentração que foi a base militar de Xambioá, marcou o fim da guerrilha, mas não das operações militares, que se seguiram com a ocultação dos cadáveres” (Peixoto, 2011 p.482).

Enquanto a luta acontecia na floresta, as notícias sobre a guerrilha buscavam furar o bloqueio da censura e chegar aos jornais. O clandestino *Araguaia* circulava na região da guerrilha divulgando as ações e propósitos dos guerrilheiros, enquanto o jornal oficial do Pcdob, *Movimento (1925)*, também na clandestinidade, divulgou o confronto mesmo um ano depois de seu fim (STUDART, 2006). Outro meio de comunicação importante aos guerrilheiros foi o rádio. As ondas da rádio *Tirana*, oficial do partido, podiam ser alcançadas e transmitir informações do conflito para o além-mar. Não se sabe ao certo como, mas em 1972, informações sobre a Operação Araguaia chegaram ao jornal de extrema-esquerda francês *Politique Hebdo*. Criado pouco tempo antes, era espaço aberto para assuntos excluídos dos grandes veículos, entre os quais se destacam matérias ligadas a conflitos e direitos humanos, ecologia, feminismo, dentre outros, que podem ser considerados como contra-hegemônicos.

Mídia contra-hegemônica – e seu papel de questionamento e subversão

Os meios de comunicação hegemônicos estão a serviço do grande capital e são reprodutores de um discurso já consagrado e instituído socialmente (Moraes, 2006). De acordo com este pesquisador, “os veículos ocupam posição distinta no âmbito das relações sociais, visto que fixam os contornos ideológicos da ordem hegemônica, elevando o mercado e o consumo ao seu máximo a instâncias máximas de reprodução de interesses” (Moraes, 2010, p. 61). O conceito de hegemonia será aqui compreendido através da visão proposta pelo filósofo marxista Antonio Gramsci que a vê como um processo constituído historicamente, capaz de sustentar-se através de bases consolidadas. Segundo Gramsci, a sociedade seria formada por dois “planos superestruturais” que seriam as sociedades civil (privada) e política (estado).

Este estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que é entendido habitualmente como Sociedade política (ou até como aparato coercitivo para enquadrar a massa popular, segundo o tipo de produção e a economia de um momento dado) e não como um equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um

grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através das organizações chamadas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.) e precisamente na sociedade civil, nomeadamente, operam os intelectuais (GRAMSCI, 2011, p.264).

A partir da compreensão de hegemônica, torna-se fácil o entendimento do termo que seria sua antítese, a contra hegemônica. Moraes nos traz o que seria a contra hegemonia para Gramsci, e sobre o filósofo afirma:

Situa as ações contra hegemônicas como instrumentos para criar uma nova forma ético-política, cujo alicerce programático é o de denunciar e tentar reverter as condições de marginalização e exclusão impostas a amplos extratos sociais pelo modo capitalista (Gramsci 1999, p. 314-315 apud Moraes, 2010, p.73).

Entretanto, como afirma Moraes, o campo midiático não é homogêneo, e em alternativa a esses, estão os que podem ser classificados como contra hegemônicos, que são aqueles que vão se contrapor aos valores impostos e estigmatizados na sociedade capitalista, dando lugar a ideias diferenciadas e a grupos que não têm espaço nos grandes meios por se oporem as regras do mercado (MORAES, 2010).

Os anos que se seguiram ao de 1968 foram, por uma série de motivos já elencados neste trabalho, muito férteis ao aparecimento de meios de comunicação que tinham como objetivo contestar e fazer pensar. Neste panorama surge o jornal de extrema esquerda *Politique Hebdo*.

A guerrilha Amazônica na mídia internacional

Para sustentar a hipótese deste artigo de que o alternativo jornal francês, ao tratar do tema, adota uma postura contra hegemônica, anti-imperialista/capitalista, ao se posicionar criticamente sobre a real situação da Amazônia, palco de conflitos e desmandos (LOUREIRO, 2012), utilizar-se-á como metodologia a análise de conteúdo a partir da perspectiva qualitativa. Com efeito, os pesquisadores devem “ultrapassar o alcance meramente descritivo da mensagem, para atingir, mediante inferência, uma interpretação mais profunda” (Minayo 2006, p. 307 apud, Gomes 2008, p.84).

Frente ao exposto, toma-se a reportagem do jornal francês para a análise: a estrutura da emissão pode ser dividida em duas partes, a primeira delas composta pela parte textual e a segunda pela parte imagética. A parte textual da reportagem estrutura-se em três partes: logo na primeira página impressa, no centro da página, um “carimbo” escrito *document*, o que alude prova ou registro oficial. O texto de apresentação, que inicia a primeira parte, deixa claro se tratar de um assunto de grande importância e exclusivo relacionado ao Brasil, uma revelação, e relaciona a emissão à outra matéria veiculada em 1970 que seria também, segundo o editor, muito importante. Tratava-se de uma entrevista feita com Joaquim Câmara Ferreira,

companheiro de Marighela, feita três semanas após sua morte, que era líder de um dos movimentos de resistência à ditadura militar no Brasil.

Esta informação mostra que o jornal *Politique Hebdo*, acompanhava com proximidade a insurgência do movimento de combate armado no Brasil, e lhe dava destaque. A matéria em questão ocupou três páginas do jornal. O veículo oferece uma visão contra hegemônica do país e seu “desenvolvimento”, mostrando aos leitores um Brasil mais próximo da realidade de conflitos e pobreza, que atingia grande parte de sua população, e que não poderia ser deslumbrada através da propaganda oficial desenvolvimentista oficial do regime.

Nós publicamos hoje, em exclusividade, trechos extensos de um outro documento, não menos importante da resistência interna brasileira: o programa dos guerrilheiros da União pela Liberdade e pelos Direitos das Pessoas, que realizam suas ações no Sul do Pará, na Amazônia (*Politique Hebdo*, ed.65, 1973).

Figura 1: O *Politique Hebdo*, ed. 65, 1973



Fonte: <http://paulofontelesfilho.blogspot.com.br/2012/04/guerrilha-do-araguaia-na-imprensa.html>

Depois de breve introdutória, situando o leitor a cerca da importância do material e sua exclusividade, a segunda parte da matéria faz um retrospecto dos acontecimentos relacionados à Guerrilha nos últimos meses, para que o leitor entenda seu contexto. O jornal informa sobre as manobras militares que aconteceram no mês de abril e outubro do ano anterior, nas quais estariam envolvidas, além da Polícia Militar do Pará, as três forças armadas, totalizando cinco mil homens. Em setembro do mesmo ano a ação se intensificara e contava agora com vinte mil

homens que seriam, segundo o diário, uma duplicação da chamada “Ação Cívica e Social” (ACISO), que levaria, segundo o governo, segurança e cuidados básicos a população. A matéria conta com a transcrição de uma entrevista do general Souza Mello, comandante da 2ª Armada (baseada em São Paulo), que foi publicada em 13 de novembro, pelo jornal Correio Popular. “O que se passa na Amazônia, representa um desafio ao qual militares e compatriotas devem responder...Como o combate que apela a grande concentração de tropas não é possível, a guerra de guerrilha pode levar a formas complexas, com possíveis operações em todas as direções” (*Politique Hebdo*, ed. 65,1973).

A seguir o jornal questiona a possível efetividade das ações “Não se pode reconhecer tão claramente o desenvolvimento e a eficácia do combate realizado pelos revolucionários contra a qual as forças militares tão importantes permaneciam impotentes” (*Politique Hebdo*, ed. 65,1973). Através da análise e interpretação deste trecho é possível deslumbrar que o veículo não teria informações atualizadas e concretas sobre os combates que aconteciam na selva amazônica, uma vez que especula sobre sua efetividade. É possível também observar o descrédito imputado às forças governamentais, citadas como impotentes frente aos guerrilheiros.

O texto apresenta ainda o emissor do documento, a UDLP - União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo/ULDP -, que pretende realizar tanto a luta política como a armada, Em seguida lança e difunde ao interior do país uma proclamação que tornou conhecida de milhões de brasileiros oprimidos as reivindicações dos “guerrilheiros do Pará” (*Politique Hebdo*, ed. 65,1973). A ULDP foi um movimento criado pelos guerrilheiros em 1972, após o primeiro ataque das forças armadas e a partir de conversas com camponeses, “o que resultou num programa de vinte e sete pontos, uma espécie de agenda comum, unitária e de luta” (FONTELES, 2013, p.57).

No trecho que segue é possível deslumbrar o posicionamento crítico da publicação que, ao falar sobre o documento que segue, expressa as necessidades e anseios dos camponeses. Alerta ao leitor que, a partir da leitura desta matéria, terá claro que o Brasil real não é o que é divulgado nas propagandas governamentais.

Este é o documento que acaba de chegar a Europa, e do qual nos publicamos o essencial. Nós veremos com a leitura dos “27 pontos” da ULDP, sobre quais bases extremamente concretas e detalhadas, o movimento de resistência mobiliza o campesinato. Nós veremos também que um abismo separa a propaganda oficial sobre o alegado “milagre econômico” do que conhecemos do Brasil e da Realidade Brasileira – notadamente aquela do mundo real – que é retratada no texto. (*Politique Hebdo*, ed. 65,1973)

Figura 2: O *Politique Hebdo*, ed. 65, 1973



Fonte: <http://paulofontelesfilho.blogspot.com.br/2012/04/guerrilha-do-araguaia-na-imprensa.html>

A partir do conteúdo da publicação, e levando em conta os conceitos de hegemonia e contra hegemonia propostos por Gramsci, fica claro ao analista que este tipo de notícia não estaria em um jornal que, como a maioria da mídia tradicional a época, se posicionava a favor do capitalismo internacional e do modelo desenvolvimentista proposto de forma inquestionável pelos países desenvolvidos, que estimulavam setores da sociedade civil para que o comunismo fosse identificando como um perigo iminente, uma ameaça aos lares e famílias de todo o mundo, que acabava por justificar violações de direitos e governos ditatoriais.

A terceira parte da publicação transcreve grande parte do que ficou conhecido no Brasil como “Proclamação da ULDP”. O documento foi reproduzido a partir de um ponto próximo a sua metade, onde o assunto em questão é a dominação estrangeira, assunto recorrente nas páginas do jornal, uma vez que o veículo noticiou outros conflitos como o processo ditatorial do Chile e Vietnã¹⁶. O início desta proclamação, que não está no jornal francês, trata da situação de penúria pela qual passavam milhares de brasileiros que vivem no interior do país, à margem da sociedade, e segue elencando problemas ligados a terra, e a sobrevivência destes camponeses.

¹⁶ Na mesma página em que está a matéria em análise, aparece também uma emissão sobre a guerra do Vietnã (*Politique Hebdo*, ed.65, 1973).

“Nada mais difícil, mais duro, mais sofrido, do que a vida de milhões de brasileiros pobres do interior do país. Carecem de tudo e não têm nenhum direito, encontrando-se em completo abandono. Particularmente no Norte e Nordeste, as condições de existência são as piores possíveis. Vive-se no atraso e na ignorância. O interior está estagnado, não conta com a ajuda de ninguém” (Proclamação da ULDP. In: Fundação Mauricio Grabois - <http://www.grabois.org.br/>).

Nos parágrafos a seguir, a ULDP fala sobre a necessidade de uma revolução popular, “único meio” para que se instaurasse um governo realmente popular e democrático e ainda, segundo o manifesto, para que isso acontecesse de fato seria necessária a adesão à luta armada. O texto questiona, ainda, os benefícios do modelo desenvolvimentista que vem se dando no país e alerta, de forma direta, para o fato de que o chamado milagre econômico não alcança a todos. Denuncia o comprometimento da economia do país, refém do capital externo e das grandes empresas que o financiam.

O documento aponta também a conivência das forças armadas a este modelo exploratório que, segundo a ULDP, era voltado ao benefício do capital externo e seria propulsor de injustiças sociais e mazelas ao povo. Entre os vinte e sete itens que seriam fundamentais estão desde criação de escolas e representações sociais, até o estabelecimento de preços a serem pagos por determinados produtos da floresta. Os pontos elencados buscavam dar dignidade aos moradores do interior do país.

A partir das reivindicações da ULDP, observa-se que o jornal francês contribuiu para a disseminação dos ideais de luta democrática e resistência no Brasil, através da publicação deste documento redigido em plena floresta amazônica (FONTELES, 2013). A matéria expõe a existência de um movimento guerrilheiro na região amazônica, até então desconhecido pela imprensa internacional, incentivando assim o ideal do guerrilheiro romântico (STUDART, 2006). Vai além, dando também voz aos camponeses, deixando explícito aos leitores internacionais que estes moradores seguiam a margem da sociedade, uma vez que não estavam sendo beneficiados pelo modelo desenvolvimentista adotado pelo governo militar..

A segunda parte da matéria, de acordo com a classificação proposta, é a imagética. Duas fotografias a compõem. A primeira mostra uma mulher de meia idade, com veste camponesa, marcada pelas rugas do tempo. Em suas mãos, exhibe algo que não é possível identificar. À sua frente, uma cuia cheia do mesmo material que tem em suas mãos. Vê-se também uma casa ao fundo. A segunda imagem mostra um homem, também de meia idade, pele escura, apoiado sobre o que parece ser o cabo de um instrumento de trabalho, suas roupas são simples e usa chapéu, o olhar parece vago e o corpo cansado do trabalho árduo.

Conclusão

No presente artigo cabe ressaltar que, apesar da censura instaurada no Brasil pelo regime militar, informações sobre a Guerrilha do Araguaia chegaram às páginas de pelo menos um jornal alternativo francês, o *Politique Hebdo*, considerado aqui como uma mídia contra-hegemônica. Esta mídia desvinculada dos interesses do grande capital buscava disseminar alternativas de resistência ao modelo de desenvolvimento proposto pela economia capitalista, gerador de desigualdades e miséria.

A emissão “Programa dos Pobres”, veiculada no semanário, informa aos leitores de jornais franceses, pela primeira vez, sobre a Guerrilha que acontecia na Amazônia, ao sul do Pará. A matéria tem caráter crítico, anti-imperialista, indo de encontro ao discurso tradicional proferido pelo governo brasileiro alinhado ao capitalismo. A emissão não mostra imagens que possam ser identificadas como sendo do Araguaia, não há guerrilheiros ou militares. As fotos mostram apenas o que foi identificado como camponeses, que partilham da aparência cansada e das rugas do tempo. Seriam os pobres a quem se destinaria a proclamação.

Não é possível afirmar se os jornalistas do periódico em questão estiveram na região do confronto, mas é fato que a emissão deste veículo distancia-se da visão hegemônica divulgada pela mídia tradicional sobre o desenvolvimento da Amazônia, além de falar a respeito da Guerrilha do Araguaia, um assunto velado e épico. Através da republicação de parte das reivindicações da ULDP, é possível perceber as reais necessidades dos camponeses, “esquecidos” pelos planos desenvolvimentistas e deixados à margem da sociedade. Fica notório ao público do veículo, que a região amazônica não era o Eldorado divulgado pela propaganda militar, e sim espaço de conflitos e tensões onde havia, além de pobreza e exploração, também uma operação de combate a guerrilha rural e ao comunismo em curso.

Referências

- AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas et al. **Os 50 anos da Ditadura Militar na Amazônia: Guerrilhas, lutas e resistência alternativa na floresta.** Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/norte2014/resumos/R39-0920-1.pdf>.
- BEKER, Berta K. Geopolítica da Amazônia. In: **Estudos Avançados**, 19 (53), 2005.
- BIAGI, Orivaldo Leme. **O imaginário e as guerras da imprensa: estudo das coberturas realizadas pela imprensa brasileira da Guerra da Coreia (1950-1953) e da Guerra do Vietnã na sua chamada "fase americana" (1964-1973).** 2001. Tese de Doutorado - (UNICAMP). Disponível em: <http://www.bv.fapesp.br/pt/bolsas/95818/o-imaginario-e-as-guerras-da-imprensa-estudo-das-aberturas-realizadas-pela-imprensa-brasileira-da/>.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** EDUSP: São Paulo, 1999.
- FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 831-856, 2009.

- FONTELES FILHO, Paulo. **Araguaianas**: As histórias que não podem ser esquecidas. Anita Garibaldi: São Paulo, 2013.
- _____. **A Guerrilha do Araguaia na imprensa internacional**. In <http://paulofontelesfilho.blogspot.com.br/2012/04/guerrilha-do-araguaia-na-imprensa.html>
- GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere**. Estaleiro Editora: Compostela, 2011. Disponível em: http://estaleiroeditora.blogaliza.org/files/2011/08/cartas_do_carcere_gramsci_pant.pdf.
- KUCINSKY, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: nos Tempos da Imprensa Alternativa. São Paulo: EDUSP, 2003.
- LOUREIRO, Violeta Rafkalevsky. Amazônia no século XXI, novas formas de desenvolvimento. In **Revista Direito GV** vol.8 n° 2 São Paulo: July/Dec, 2012.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky e PINTO, Jax Nildo Aragão. **A questão fundiária na Amazônia**. *Estud. av.* [online]. 2005, vol.19, n.54, pp. 77-98. ISSN 1806-9592. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000200005>.
- MALVES, Patrícia Barba e MECCHI, Patricia Sposito. **Desaparecidos, presos e torturados políticos na Região do Tocantins (antigo norte goiano) durante a ditadura civil-militar**: o trabalho do comitê memória, verdade e justiça no Tocantins. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/media/direito-a-memoria-e-a-verdade-volume-4.pdf>.
- _____. **À memória e à verdade**. Coleção: Arquivos e o direito à memória e à verdade. Comunicações do 3º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos. Volume 4. O Marco Aurélio Santana - Vicente A. C. Rodrigues (Organizadores) - São Paulo - Rio de Janeiro 2015.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, pp. 141-152).
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2006.
- MORAES, Dênis de. **Vozes abertas da América Latina**: estado, políticas públicas e democratização das mídias. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2011.
- MOURÃO, Mônica. **Por que lutar?**—A necessidade de ação armada contra a ditadura militar brasileira segundo o jornal A Classe Operária. XII Colóquio Internacional de Comunicação. Fortaleza, 2007. Em: http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/7/76/GT1-04- Por_que_lutar- Monica.pdf.
- NASCIMENTO, Durbens Martins. **A guerrilha do Araguaia**: “paulistas e militares na Amazônia”. 2000. Dissertação de mestrado. Disponível em: http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2458/1/Dissertacao_GuerrilhaAraguaia.pdf.
- OLIVEIRA, Carlos Fellipe de. **IPÊS E IBAD**: a crise política da década de 60 e o advento do Golpe Civil-Militar de 1964. Disponível em: http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/artigos/volume002_Num002_artigo005.pdf.
- PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Ciênc. Hum. Belém, v. 6, n. 3, dez. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n3/02.pdf>.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil**: Uma biografia. Editora Companhia das Letras, São Paulo.
- PARANÁ, Denise. **Entre o sonho e o poder**: a trajetória da esquerda brasileira através das memórias de José Genoíno. Geração Editorial, 2006.
- ROLLEMBERG, Denise. Carlos Marighella e Carlos Lamarca: memórias de dois revolucionários. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). **As esquerdas no Brasil**: Revolução e democracia. Vol. 3. 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- SINGER, Helena. Quando o " diálogo " é a violência. **Educação & Sociedade**, v. 22, n. 77, p. 281-287, 2001.